

## Juventude rural, trabalho e identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de Economia Solidária<sup>1</sup>

Rural youth, work, and identity: The experience of participation in a rural enterprise of the Solidarity Economy

Maria Therezinha Loddi Liboni<sup>2</sup>  
mtloddi@gmail.com

José Roberto Heloani<sup>3</sup>  
rheloani@gmail.com

---

**Resumo.** Dados mostram que a juventude brasileira é a parcela da população que mais sofre desemprego e precarização das condições de trabalho, e a situação é mais grave quando focamos a juventude rural. Em paralelo, os empreendimentos econômicos da Economia Solidária são indicados como uma das alternativas para a geração de trabalho e renda para os jovens, caracterizando-se pela autogestão, cooperação, solidariedade e respeito ao meio ambiente. Frente a esse cenário, a presente pesquisa teve por objetivo compreender, tanto na visão dos pais quanto na dos jovens, seus filhos, como a participação em empreendimento rural de Economia Solidária pode se constituir em experiência transformadora de suas identidades, resultando ou não na visão deste ser um projeto de trabalho futuro para os jovens. Os participantes da pesquisa foram pais que compõem um empreendimento rural da Economia Solidária situado em Nova Tebas – Paraná e seus filhos, jovens com idade variando de 16 a 24 anos. Utilizando-se metodologia qualitativa, foram entrevistados cinco jovens e três pais, empregando-se entrevistas semiestruturadas. Como resultados, encontramos tanto os pais como os filhos considerando o empreendimento de Economia Solidária como alternativa de futuro para os jovens. A participação no empreendimento proporciona que se reconheçam como sujeitos ativos,

**Abstract.** Data show that Brazilian youth is the part of population which most suffers unemployment and poor work conditions, and the situation is graver when we focus on rural youth. Simultaneously, the economic enterprises of Solidarity Economy are pointed as an alternative to generate work and income to the youth, characterized by self-management, cooperation, sympathy and respect to the environment. Before this scenario, this research had as aim to understand, from both parents' and children's perspective, how participation in a rural enterprise of Solidarity Economy may constitute a transforming experience of their identities, resulting or not in the perspective that this is a project of future work for the youth. The participants of the research were parents who compose a rural enterprise of Solidarity Economy located in Nova Tebas – Paraná – Brazil, and their children, aged between 16 and 24 years old. By using qualitative method, five children and three parents were interviewed with semi-structured interviews. As results, we found that the parents as well as their children consider the enterprise of Solidarity Economy as an alternative of future for the young people. Participation in the enterprise makes them able to recognize themselves as active subjects, with new possibilities of development,

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com o apoio do CNPQ.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5.790, 87020-900, Maringá, PR, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Campinas. Av. Bertrand Russel, 801, 13083-865, Campinas, SP, Brasil.

com novas identidades e novas possibilidades de desenvolvimento, para os quais a permanência no campo é vista como uma opção e não apenas uma alternativa frente à inexistência de outras perspectivas. Ao proporcionar uma visão de futuro, de estabilidade e melhoria, o empreendimento é alvo de investimento, tanto objetivo quanto subjetivo, resultando em maior engajamento dos participantes.

**Palavras-chave:** identidade, Economia Solidária, juventude rural.

to whom staying in the rural area is seen as an option and not only an alternative before the inexistence of other perspectives. For offering a view for the future, for stability and improvement, the enterprise is an aim of investment, as objective as subjective, resulting in more commitment of the participants.

**Keywords:** identity, Solidarity Economy, rural youth.

---

## Introdução

A relação juventude e trabalho tem se destacado no cenário socioeconômico mundial, predominantemente marcado pela ausência desse último. A situação é de tal maneira preocupante que a OIT (Organização Internacional do Trabalho, 2010, 2013) divulga alertas sobre a possibilidade do surgimento de uma geração de trabalhadores jovens 'traumatizada' por uma perigosa mistura de alto desemprego, crescente inatividade e trabalho precário nos países desenvolvidos e de um aumento do número de trabalhadores pobres nos países em desenvolvimento, pois estão mais expostos também ao mercado informal de trabalho, o que, segundo a análise apresentada no relatório da OIT, diminui a probabilidade de inserção futura no mercado formal de trabalho.

Historicamente os jovens sempre foram mais vulneráveis ao desemprego (Araújo *et al.*, 2010, p. 30), sendo característica marcante do mercado de trabalho brasileiro a diferença nas taxas de desemprego observadas para os jovens e para os adultos. Em 2012, para uma taxa geral de desemprego de 4,6%, para a faixa etária de 18 a 24 anos foi de 13,7%.

Temos, portanto, a juventude como uma das categorias mais vulneráveis às intempéries, tanto em nível mundial com o aumento do desemprego como no Brasil com trabalhos de baixa qualidade, precários, sem seguridade social. Consequentemente, concordamos com o alerta de Spink (2014, p. 28) quando afirma: "Nosso desafio tem rosto e o rosto é jovem".

Entretanto, esse rosto é plural, marcado pela diversidade e por desigualdades; portanto, não podemos falar em juventude, mas sim em juventudes. A condição de ser jovem no Brasil é permeada por questões históricas, sociais e econômicas, herdeiros que são de uma realidade marcada historicamente por desigualdades sociais abissais. Diferenças e desi-

gualdades referentes à classe social, gênero, local de moradia, cor da pele, dentre outras.

Neste artigo, elegemos a juventude rural como uma das faces do rosto jovem a ser retratado. Ser jovem no campo apresenta desenhos próprios e, portanto, eles devem ser considerados nas nossas análises. Novaes e Ribeiro (2010) destacam como inúmeras diferenças impactam na estruturação de diversas desigualdades. Para os jovens residentes na área rural, as autoras sinalizam que "A situação de domicílio interfere em vários aspectos: os(as) jovens do meio rural têm menor escolaridade, menor renda e menos chances de conexão e participação" (Novaes e Ribeiro, 2010, p. 17).

Um exemplo dessas desigualdades aparece nos índices de analfabetismo. Para os jovens da área rural, estes eram de 3,9% na faixa etária de 18-19 anos, enquanto na urbana era de 1,2%. Na faixa de 20 a 24 anos, essa discrepância é ainda maior: 6,1% na área rural contra 1,7% na urbana (DIEESE, 2011). Ou seja, os jovens que vivem nas áreas rurais apresentavam um indicador três vezes maior do que os da área urbana.

Estudos sobre a juventude rural entraram recentemente em cena e ainda são pouco numerosos, conforme lembra Sposito (2010, p. 99). Segundo a autora, esse é um fator de fragilidade dos estudos sobre a juventude, retratado pelo levantamento feito nas produções da pós-graduação, entre 1999 e 2006, nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, que revela que somente 4% da produção são referentes a jovens rurais e indígenas.

Especificamente na Psicologia, o jovem trabalhador rural é praticamente invisível nos estudos acadêmicos. Frenzel e Bardagi (2014) encontraram 39 artigos ao fazerem levantamento da produção científica brasileira sobre adolescentes trabalhadores nos últimos 10 anos; em nenhum deles os sujeitos da pesquisa pertenciam ao meio rural. Liboni (2015), em levanta-

mento sobre o tema juventude e trabalho em periódicos de Psicologia nas bases de dados SciELO, LILACS e PePSIC no período de 2008 a 2012, encontrou 28 artigos científicos sobre o assunto; mais uma vez, em nenhum deles a juventude rural era protagonista.

Segundo os dados da PNDA, em 2013 aproximadamente 14,7% dos jovens brasileiros entre 15 a 29 anos viviam na área rural (Venturi e Torini, 2014, p. 10). Apesar de serem minoria frente aos jovens residentes na área urbana, esse número representa cerca de 7,5 milhões de pessoas, jovens sem visibilidade mesmo para aqueles que estudam a categoria juventude.

Frente ao cenário exposto acima sobre a realidade do trabalho para os jovens, a geração de trabalho e renda passa a ser alvo de políticas públicas, e os empreendimentos da Economia Solidária são indicados como uma das alternativas, inclusive para jovens do campo (Santos, 2011; Barcellos e Mansan, 2014). Costanzi (2009, p. 128), em relatório da OIT “Juventude e trabalho decente no Brasil”, preconiza: “É necessário levar em consideração outras alternativas de geração de trabalho e renda, como o empreendedorismo, individual ou coletivo, os *empreendimentos econômicos solidários*, como *empresas autogestionárias, cooperativas, agricultura familiar e outras formas*” (grifo nosso).

Ao cruzar esses dois temas – juventude rural e Economia Solidária – esse artigo tem por objetivo compreender, tanto na visão dos pais quanto na dos jovens, seus filhos, como a participação em empreendimento rural de Economia Solidária pode se constituir em experiência transformadora de suas identidades, resultando ou não na visão deste ser um projeto de trabalho futuro para os jovens. Para tanto, buscamos compreender as vivências e experiências dos participantes do empreendimento; como a prática cotidiana da Economia Solidária é compartilhada com os familiares jovens; o que pensam os pais e os jovens sobre o trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária; e, finalmente, se os jovens veem nessa alternativa um projeto para seu futuro profissional.

## Economia Solidária e juventude rural

Assinalamos aqui a definição de Economia Solidária “oficial” do Estado, norteadora de políticas públicas que visam a esse campo, pois é esse cenário no qual se situam os atos, ações, bem como os atores envolvidos na temática.

*Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. [...] A Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (Brasil, 2004).*

Acrescentamos e ressaltamos que não só fatores econômicos embasam os pressupostos da Economia Solidária, mas também de inclusão social e desenvolvimento humano, entre outros.

Apesar de a Economia Solidária aparecer como uma das possíveis alternativas de inclusão do jovem no mercado de trabalho, preconizadas por ações de políticas públicas voltadas aos jovens (Costanzi, 2009; Santos, 2011; Barcellos e Mansan, 2014), é escassa a literatura sobre a relação entre juventude e Economia Solidária (Tiriba e Fisher, 2011; Fisher *et al.*, 2013). Mais escassa ainda quando elegemos a juventude rural como foco.

Sobre a relação da juventude com a Economia Solidária, Tiriba e Fischer (2011, p. 19) entendem que “o envolvimento dos jovens com a economia popular solidária pode indicar um caminho, potencialmente diferenciado, no sentido de relacionar juventude, trabalho e formação, e permitir que outros sentidos sejam atribuídos ao trabalho, a partir de outras experiências de trabalho”. No mesmo texto, apresentam exemplos de empreendimentos nos quais os jovens são os protagonistas; dentre eles, destacamos os que estão localizados no meio rural. Em Pernambuco, apontam a Associação dos Jovens Filhos e Filhas dos Trabalhadores(as) do Projeto Catende Harmonia; em Mato Grosso, relatam a parceria da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) e da Fundação Unitrabalho, no processo de constituição de uma Cooperativa de Jovens Rurais para produzir mudas de essências nativas e medicinais. Em Salvador, apontam a Cooperativa Popular de Alimentos Vila Verde (Coopavv), que produz hortaliças; ainda na Bahia, a Cooperativa Regional de Jovens da Região Sisaleira (Cooperjovens), em Araci, que

produz artefatos em papel reciclado, e o Grupo de Produção de Cabochard, na cidade de Valente, que se dedica à produção de sabonete e molho de pimenta e à horticultura (Tiriba e Fischer, 2011; Fischer *et al.*, 2013).

Espírito Santo *et al.* (2006) descrevem a experiência da Cooperjovens, citada acima. Segundo os autores, a cooperativa foi criada em 2000 como alternativa de geração de trabalho e renda, com base no desenvolvimento sustentável e solidário. Na época, contava com 49 jovens e abrangia 13 municípios da região.

Sobre a avaliação da experiência dizem os autores:

*[...] as experiências empreendedoras da agricultura familiar, a exemplo da Cooperjovens, apresentam um grande potencial, ainda pouco explorado, de inserção de jovens em oportunidades concretas de cidadania, bem como geração de trabalho e renda. A experiência do sisal, dessa forma, vem apresentando elementos referenciais e perspectivas para a construção de políticas voltadas à participação e à inserção produtiva de jovens no contexto da economia solidária do semi-árido baiano (Espírito Santo et al., 2006, p. 204).*

Poli (2006) e Sobral (2005) apresentam pesquisas que apontam para diferentes formas dos jovens da área rural construir seus caminhos profissionais. Poli (2006) analisa o papel da agroindústria familiar na transformação da realidade dos jovens e aponta como essencial a existência de cooperativa composta por suas famílias. Conclui que a permanência de jovens no campo, como opção, inclusive para aqueles mais escolarizados, é uma mudança concreta vivenciada pelas famílias que vivem no local.

Sobral (2005), estudando a formação de técnicos agrícolas entre filhos de pequenos agricultores do Estado de Santa Catarina, verifica que o retorno à propriedade, com a finalidade de trabalhar juntamente com a família, ocorreu principalmente entre os que pertenciam a uma cooperativa composta por eles, enquanto os que eram ligados a grandes empresas agroindustriais optavam pelo não retorno ao campo, vivendo nas cidades.

Pereira e Barros (2012) relatam pesquisa sobre o significado que os jovens dão aos empreendimentos econômicos solidários em dois municípios do Ceará. Em um deles, relatam a existência de um banco social de crédito que, no entender dos jovens, trouxe possibilidades de trabalho, permitindo a sua permanência no local. Na outra localidade, analisaram a participação dos jovens em feiras de agricultura

familiar. Os autores apontam para uma participação mínima dos jovens na feira, pois estes consideravam tal trabalho como “inferior”, não sendo o que buscavam. Isso acontecia muitas vezes pelo desconhecimento do potencial da feira. Ao promover a participação de coletivo de jovens em discussões sobre a Economia Solidária, os autores perceberam que “o desconhecimento sobre a existência e o potencial da Cooperativa como fonte de trabalho e renda era quase total, denotando a dificuldade a ser vencida no tocante à percepção e diálogo de interesses entre pais e filhos” (Pereira e Barros, 2012, p. 8).

Temos, portanto, um tema ainda incipiente, com poucos estudos acadêmicos, mas rico em possibilidades, tanto de experiências práticas como de conhecimentos.

Como exemplo de que a quase invisibilidade acadêmica do tema é espelho da realidade, temos a carta divulgada pela juventude da Economia Solidária participante do XII Fórum de Educação Popular e do IX Fórum de Educação Popular, em 2014. Nessa carta, os jovens reconhecem a presença dos jovens na Economia Solidária, embora não como coletivo organizado; reivindicam tanto uma maior participação nas decisões que os envolvem como ações que a viabilizem:

*Esta é uma geração que não foi chamada para o diálogo, e queremos sim participar dos processos. Sentimos falta de processos de formação dirigidos à juventude, mas quando falamos de serem voltado [sic] para a juventude, queremos que sejam construídos em diálogo com a juventude. Queremos ser protagonistas dos espaços em que participamos, queremos reconhecimento de nossa participação. [...]*

*A participação da juventude precisa ser compreendida e acolhida a partir da sua diversidade que vai muito além dos segmentos, empreendimentos, entidades e gestores que hoje constituem a economia solidária. Acolher a juventude é estratégico para o futuro da economia solidária (Carta, 2014).*

Nesse sentido, entendemos que a reivindicação dos jovens de serem “vistos” e ouvidos dentro do próprio movimento da Economia Solidária demonstra justamente sua faceta inversa, ou seja, a invisibilidade, a não participação, a falta de espaços destinados para o diálogo com a juventude.

A efetiva participação dos jovens, vistos também como atores protagonistas da Economia Solidária, vem se somar à complexidade da análise da situação de permanência da juventude no campo. Como ilustração,

trazemos a contribuição de Brumer (2014), que relata alguns dos fatores de que depende tal permanência:

*[...] da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; da qualificação necessária para integração do novo agricultor num mercado competitivo; das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas por um ou mais membros da família; das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças destas; da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões; assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores (Brumer et al., 2000; Brumer 2004, 2007; Brumer e Spanevello, 2008) (p. 223-224, grifos nossos).*

Como já vimos anteriormente com Novaes e Ribeiro (2010), o local de domicílio impacta fortemente nas oportunidades de estudo e trabalho dos jovens. Uma das consequências é que esses jovens não só têm maiores dificuldades na busca por trabalho e continuidade dos estudos, mas nessa busca são muitas vezes impelidos a abandonar suas famílias, amigos(as), namorados(as), local de moradia. Esses aspectos reverberam não só objetivamente, mas também subjetivamente em suas vidas.

Para fins dessa pesquisa, dentre os numerosos fatores envolvidos, destacamos abaixo aspectos subjetivos, abrangendo os processos de socialização e constituição da identidade.

## Socialização e identidade

No recorte adotado nesse artigo, damos ênfase a questões implicadas nos processos de socialização e da constituição da identidade. Versar sobre as relações pais e filhos leva à necessidade da compreensão de como se processa e reprocessa, como ação contínua, a socialização como forma de transmissão e construção da realidade (Berger e Luckmann, 1985); e, uma vez nela inseridos, como se constituem os processos identitários, esses também sujeitos a contínuas metamorfoses (Ciampa, 1990; Goffman, 1980). Podemos nos arriscar a dizer que pertencer ou não a empreendimentos de Economia Solidária pode ser, e acredita-

mos que é, uma informação importante que irá compor a identidade tanto social como a identidade do eu. Isso porque acreditamos que, ao se apresentar dessa maneira, essa informação já vem carregada de significados, de marcação de status social, de relações de trabalho. O que as pessoas pensam e transmitem sobre isso é determinante para o outro compor sua identificação, e o trabalho tem papel de destaque na formação da identidade. “O indivíduo não é algo: ele é o que faz” (Ciampa, 1990, p. 135) sintetiza o que acreditamos ser um olhar esclarecedor para a compreensão de como o trabalho – uma das muitas possibilidades do fazer – numa sociedade complexa como aquela em que vivemos, com o capitalismo como modo dominante de produção, reflete na identidade e, portanto, na vida dos jovens e seus pais. Especificamente para os jovens, Dubar (1997, p. 113) destaca a relação entre formação e trabalho quando afirma: “Entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema escolar e o confronto com o mercado de trabalho constituem actualmente um momento essencial na construção da identidade autônoma”. Para ele, as escolhas no âmbito escolar podem prever e antecipar o estatuto social de um indivíduo e influenciar decisivamente na identidade virtual, mas reserva à entrada no mercado de trabalho um papel decisivo. Isso fica claro quando afirma:

*Mas é no confronto com o mercado de trabalho que, sem dúvida, se situa hoje o desafio identitário mais importante dos indivíduos da geração da crise. Esse confronto assume formas sociais diversas e significativas, segundo os países, os níveis escolares e as origens sociais. Mas é da sua saída que depende, simultaneamente, a identificação pelo outro de suas competências, do seu estatuto e da carreira possível e a construção para si do projecto, das aspirações e da identidade possível (Dubar, 1997, p. 113).*

Ao nos apoiarmos nesses autores, esperamos deixar explícita nossa ênfase em ser a realidade inacabada, a ser constantemente transformada por sujeitos que tanto são produtos como produtores desta. Os conceitos de socialização e identidade e seus desdobramentos nos permitem tentar elucidar quem são esses homens e mulheres que, inseridos em empreendimentos de Economia Solidária, possuem uma história singular, mas que compartilham esse modo de trabalho. Conhecendo-os melhor também esperamos um melhor entendimento de quem são esses jovens, seus filhos, que

herdam valores, posições sociais, representações sociais, identidades, que os assimilam tanto objetiva quanto subjetivamente, bem como os transformam e, nesse processo, acabam por promover mudanças sociais e identitárias.

### Aspectos metodológicos

Esta pesquisa adotou o enfoque qualitativo, pois a entendemos como uma investigação social e, segundo Minayo (1996, p. 22), “qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isto implica considerar sujeito de estudo: *gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados*” (grifo nosso).

Como instrumento de coleta de dados elegemos a entrevista. Concordamos com Minayo (1996, p. 113) quanto à entrevista ser um instrumento que abrange tanto o individual como o social. Ela defende que o indivíduo deve ser contextualizado socialmente, refletindo a opção em não polarizar a dualidade indivíduo x sociedade. Sobre isso reflete:

*[...] ao mesmo tempo em que os modelos culturais interiorizados são revelados numa entrevista, eles refletem o caráter histórico e específico das relações sociais. Desta forma, os depoimentos têm que ser colocados num contexto de classe, mas também de pertinência a uma geração, a um sexo, a filiações diferenciadas, etc. E porque cada ator social se caracteriza por sua participação, no seu tempo histórico, num certo número de grupos sociais, informa sobre uma “subcultura” que lhe é específica e tem relações diferenciadas com a cultura dominante.*

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e acompanhamento de assembleias da cooperativa. As entrevistas foram realizadas em duas etapas. Primeiramente, foram entrevistados cinco jovens com idade entre 16 e 19 anos, filhos de agricultores que compunham o empreendimento. O grupo foi composto por quatro jovens do sexo masculino e um do sexo feminino. Posteriormente, foram entrevistados três pais desses mesmos jovens.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá. Todos os entrevistados concordaram com a participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No caso dos menores de 18 anos, além do entre-

vistado, o referido termo foi assinado também pelos seus responsáveis.

A análise das entrevistas seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo. Essa, segundo Bardin (1977, p. 42), é

*Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.*

Após a realização das entrevistas, essas foram integralmente transcritas. Foram realizadas leituras flutuantes, demarcando-se tópicos que se relacionavam com os objetivos da pesquisa. Na sequência, foram organizadas categorias de análise assim esquematizadas:

Pais: (a) Histórico de inserção na Economia Solidária: aborda a trajetória ocupacional dos pais que trabalham diretamente no empreendimento de Economia Solidária; (b) Organização do trabalho no empreendimento de Economia Solidária: aborda os aspectos do modo de funcionamento, as normas, modos de tomada de decisões, relações de poder; (c) Economia Solidária como alternativa de trabalho aos filhos: aborda como os pais transmitem aos filhos a sua experiência de trabalho na Economia Solidária e como esse se constitui ou não em opção de trabalho aos filhos.

Filhos: (a) Histórico de trabalho e estudo: aborda a trajetória ocupacional e escolar dos jovens; (b) Organização do trabalho: aborda como os jovens veem o modo de trabalho no empreendimento de Economia Solidária, tais como normas, modos de tomada de decisões, relação de poder, vantagens e desvantagens; (c) Economia Solidária como alternativa de trabalho: aborda como os jovens veem o trabalho na Economia Solidária como opção ou não de trabalho para eles.

### A cooperativa

A história do empreendimento se inicia em 2006, quando um grupo de 43 agricultores familiares da região de um distrito de Nova Tebas, município paranaense com 7.398 habitantes, dos quais 4.507 residentes na área rural (IBGE, 2010), se organizou para o plantio de maracujá orgânico. Tinham por objetivo combater o êxodo rural que observavam na região e melhorar sua qualidade de vida. A partir de

2007, são atendidos pelo Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. Em 2008, transformou-se oficialmente em cooperativa. Na época das entrevistas, contava com aproximadamente 67 componentes e buscava a diversificação das culturas.

## Resultados e discussão

Ressaltamos que não encontramos discrepâncias significativas das visões entre pais e filhos; tanto os adultos quanto os jovens apresentam significações semelhantes sobre ser ou não o empreendimento de Economia Solidária alternativa de trabalho para os jovens.

Tal resultado, que esmiuçamos abaixo, encontra respaldo nos processos de socialização. Berger e Luckmann (1985) dizem que o conhecimento, socialmente construído e partilhado, é transmitido de geração em geração como verdade objetiva e é interiorizado como realidade subjetiva. Lembram-nos que o contato face a face e a linguagem são os meios através dos quais os objetos são apreendidos como realidade: “Desta maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente essa realidade” (Berger e Luckmann, 1985, p. 94).

Tomizaki (2010, p. 329), versando sobre os fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional, também destaca o papel da socialização no que considera fundamental no encontro de gerações: a transmissão. Para ela:

*Poderíamos dizer que processos socializadores incidem sobre um espaço fundamental de intersecção entre as gerações: a transmissão. Transmitir e herdar são duas facetas de um mesmo movimento que coloca as gerações diante do desafio de definir como devem se conduzir em relação à sua herança, que pode ir dos bens estritamente materiais aos totalmente simbólicos, bem como pode ser pensada tanto no plano das microrrelações sociais (como as familiares), quanto em uma dimensão macrosocial (como os sistemas previdenciários, regulados pelo Estado) (grifo do autor).*

Transmitir e herdar: o que transmitem os pais, o que herdam (ou não) os filhos? Essa questão geracional perpassa a realidade retratada nas entrevistas. Mas essa realidade não é herdada passivamente. Portanto, novamente

demarca-se aqui a posição de entendermos a realidade como socialmente construída, na qual o sujeito se vai apropriando e internalizando a realidade objetiva, que passará a fazer parte de sua constituição psíquica, e esse processo resulta na possibilidade de ação humana, contribuindo para a construção da realidade social a que pertence. Nesse enfoque, a subjetividade é vista, de acordo com Bock *et al.* (1997, p. 23), como

*O mundo construído internamente pelo sujeito, a partir de suas relações sociais, de suas vivências no mundo [...] Esta construção se dá na medida em que o homem vive a realidade social com outros homens e com eles constrói esta realidade que o determina, de onde fluem os conteúdos para construção de sua subjetividade. Criando e transformando o mundo (externo), o homem constrói e transforma a si mesmo.*

## A experiência/vivência no empreendimento

A existência da cooperativa é vista, tanto por pais como pelos jovens, seus filhos, como alternativa de futuro, que visa à possibilidade de permanência dos jovens em seu local de origem, sem a necessidade de migrar para áreas urbanas.

Como pequenos agricultores, não tinham acesso à assistência técnica ou a programas governamentais de compra de seus produtos, aspectos que consideram fundamentais e foram proporcionados pela formação da cooperativa. Ante as dificuldades de produção e comercialização de seus produtos, o futuro era incerto, principalmente para os jovens, que acabavam por migrar para os centros urbanos em busca de trabalho.

Tanto os pais como os jovens relatam situações de descrédito a que foram submetidos por participarem da cooperativa. A região possui tradição de grandes cooperativas agropecuárias, sendo esse o modelo hegemônico quando a referência é cooperativismo. Nesse contexto são comparados a ele e confrontados com a viabilidade do empreendimento de que participam. Este não se enquadra nos moldes vigentes na região.

*“Pensa: ‘Ah, cooperativa é a Coamo<sup>4</sup>. Essa cooperativa que eles estão fazendo aí não resolve nada. Não sai nada, não saiu nada.’ A L. mesmo escutou outro dia. Um sócio da Coamo falou: ‘Não.*

<sup>4</sup> Cooperativa agroindustrial localizada em município próximo ao do empreendimento pesquisado.

*Cooperativa é a Coamo. Essa aí não é nada não, essa aí...'. Então nós ficamos assim, como nin-guém. E tem pessoas que não entendem e falam: 'Isso aí não vai sair nada mesmo'" (Pai).*

Na comparação com ela tentam reafirmar a possibilidade da existência de pequenas cooperativas, mesmo porque individualmente, como pequenos agricultores, não conseguem acesso às grandes cooperativas agropecuárias.

Acreditar em um modelo de desenvolvimento que foge do padrão hegemônico de agronegócio – as grandes cooperativas – modelo que os exclui, dá a esses agricultores a chance de construírem uma outra prática, que valoriza o trabalhador do campo, permite acesso à tecnologia e assistência técnica.

Quando expressam a comparação com grandes cooperativas agroindustriais a que estão a todo momento submetidos e reafirmam para seus interlocutores a importância de sua cooperativa, através do reconhecimento “até no exterior”, confirmam o seu próprio potencial. “Ser pequeno”/“lugar pequeno” são expressões usadas como símbolos do estigma a que estão submetidos como representação do fracasso inevitável da cooperativa. Para fazer frente a esse estigma, contrapõem o que Goffman (1980) chama de “desidentificadores” com a função de invalidar essa imagem e apontar em direção positiva.

“Ser falada não só no Brasil”, “estar na internet” “estar famosa” podem ser considerados desidentificadores apresentados pelos cooperados, pois cumprem a função de “um signo que tende – real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão mas lançar sérias dúvidas sobre a identidade virtual” (Goffman, 1980, p. 54).

O mesmo descrédito enfrentado pelos pais quanto à possibilidade de sucesso da cooperativa é enfrentado pelos jovens. São os próprios entrevistados que apontam esse aspecto quando relatam como reagem os demais quando sabem do empreendimento dos seus pais. Os que apresentam essa desconfiança, e até descrédito, são os que têm como referência um poder aquisitivo melhor, proprietários de maiores extensões de terra.

*“Tem gente que dá risada [quando falam para colegas que os pais montaram uma cooperativa]. Eu mesmo, no lugar que eu estou estu-*

*dando lá. Tem uns lá que tiram sarro: ‘Ah, eles mexem com cooperativa lá, é coisa pequena!’. Acham que não vai dar certo, tiram sarro. Por causa que a maioria dos que estudam lá é tudo filho de fazendeiro, mexem com plantio grande, essas coisas. E eu não... mexemos com maracujá, plantio pequeno” (Jovem).*

*“Por enquanto comigo não, porque cada um tem amigo de um jeito. Meus amigos já são, tipo, pouco mais pobre. Então eles veem que no lugar deles poderia também formar uma cooperativa igual essa daqui para melhorar a renda deles. Porque a maioria deles trabalha sempre roçando pasto” (Jovem).*

Tal como foi discutido, observa-se na fala dos filhos a mesma situação. Plantio grande x plantio pequeno, cooperativa grande x cooperativa pequena são sinalizadores da comparação a que são submetidos tanto pais como filhos.

Apesar de termos distintas gerações, e espaços, certas representações e visões de mundo se repetem. Encontramos, nas falas dos jovens, indicadores de grupos sociais diferentes, convivendo na escola. Aos “filhos de fazendeiros” contrapõem-se como “filhos de pequenos agricultores que trabalham roçando pastos”.

Um possível caminho para a compreensão dessas diferentes visões apresentadas é, mais uma vez, atentar para os processos de socialização. Entre os jovens pesquisados, aparece o sentido de desvalorização social de ser pequeno agricultor familiar.

Tal como ocorre com seus pais, recorrem a símbolos desidentificadores, no caso, servir de modelo para outros jovens que se encontram na mesma posição social que eles, ou seja, “os amigos mais pobres”.

Essa dinâmica da vida social que confronta diferentes grupos em diferentes situações sociais é um dos componentes para entendermos a constituição da identidade. Para tanto, recorreremos a Ciampa (1990), que traz a noção de igualdade e diferença na constituição da identidade, ou seja, ao nos igualarmos e diferenciarmos dos demais à medida que vamos participando de diversos grupos sociais, sendo o primeiro deles a família. Esse pertencimento aos grupos não se encerra nunca no decorrer de nossas vidas.

O impacto desse aspecto para o próprio conhecimento é dessa forma dimensionado por Ciampa (1989, p. 64): “O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de determi-



nado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.". Ele ressalta a importância de entendermos como o grupo existe objetivamente para compreendermos a dinâmica que apresenta. Para o autor, o grupo se constitui pelas relações entre seus membros e com o meio no qual estão inseridos. Diz: "[...] pela sua prática, pelo seu agir (*num sentido amplo, podemos dizer que pelo trabalho*); agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir, etc., já não mais substantivo, mas verbo" (Ciampa, 1989, p. 64, grifo nosso).

Mais um exemplo dessa complexa rede de reconhecimentos sociais e consequentes impactos para os indivíduos também pode ser visto na situação em que os pais optam por dar sentido à sua prática na cooperativa. Para os pais, essas opiniões contrárias, ao invés de desanimá-los, levam-nos a querer demonstrar que elas estão equivocadas, que eles são capazes de uma cooperativa que resulte em desenvolvimento local. Dizem pensar nos filhos quando demonstram essa intenção.

Permitir aos jovens a possibilidade de permanência no local, sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos, é explicitado como o principal objetivo da cooperativa. Esse fato pode ser demonstrado na seguinte fala:

*"Futuro... a gente quer deixar para os filhos, para frente... a gente vai até onde puder, depois os filhos continuam os planos da gente, com a cooperativa. Espero que os filhos não vão embora. Para nós é bom. Porque tende a ir aumentando, porque se diminuir... sempre nós queremos mais gente no grupo, na nossa cooperativa" (Pai).*

Portanto, para os pais, os filhos representam a continuidade de seu projeto e para isso os incentivam a continuarem seus estudos, não mais para ir morar na cidade, mas para permanecer no campo. O êxito da cooperativa, simbolicamente, é o sucesso em deixar algo para os filhos que lhes garanta a continuidade da vida no local de residência.

*"Eu acho que ele, o meu piá, ele já é bem interessado nisso aí. Ele já tem planos. Ele está estudando lá, fazendo esse colégio agrícola e ele, acho que tem o plano dele, de ficar já no grupo, na área que ele vai trabalhar, porque eu acho que tem... tem um rapaz que tirou o estudo lá, no lugar que ele está e já está trabalhando nessa área que ele está fazendo lá, de técnico. [...] Ele acredita [na cooperativa]. Acho que ele vai ficar aqui com nós mesmo. E é o que nós queremos também" (Pai)*

Os filhos, por sua vez, partilham essa esperança com os pais, embora alguns deles ainda tenham como projeto a mudança para a área urbana.

Um aspecto que merece ser lembrado é que, ao contrário dos jovens que moram em centros urbanos, ter carteira assinada não é visto por esses jovens do campo como a situação idealizada a ser obtida, pois, historicamente, não é essa a realidade do campo. Iniciam na vida de trabalho cedo, ajudando os pais ou prestando serviços aos vizinhos.

Acreditam que, ao se mudarem para a área urbana, os trabalhos possíveis de serem obtidos são principalmente aqueles pesados, braçais, que não necessitam de grau de instrução, pois essa é a situação de seus irmãos mais velhos ou conhecidos, que percorreram esse caminho. Os empregos que conseguem estão distantes do que idealizam quando se propõem a ir para os centros urbanos em busca de melhor condição de vida.

*"Sai daqui e nem consegue um emprego tão bom para lá. Acho que a pessoa tem que sair daqui tipo assim, se terminasse o terceiro, tivesse faculdade, tivesse uma profissão [...] mais fácil arrumar. Agora não, terminam o terceiro e vão para lá trabalhar, vão na firma, pegam lá só 3 meses para trabalhar. Acabou os 3 meses tem que procurar outro emprego, sendo que o salário nem é tão bom... Vai ser difícil também arrumar emprego lá" (Jovem).*

*"Meu irmão foi trabalhar no serviço pesado... carregar caminhão" (Jovem).*

Dizem que, se não fosse a existência da cooperativa, o cenário seria mais grave, com poucas pessoas permanecendo no local, agravando-se os problemas derivados do êxodo rural. É o que responderam quando perguntados sobre o que mais lhes chamou a atenção em relação à cooperativa.

*"O que me chamou a atenção também foi que o pessoal estava indo embora demais. Aí, começou a plantar o maracujá e o pessoal começou a ficar de novo. Os que iam embora parou já de ir. Se não muitas pessoas daqui... isso aqui estaria quase vazio" (Jovem).*

*"Eu mesmo já teria ido embora [...] antes você vinha no Alvorada e só via velho e bêbado (risos). [...] Hoje tem mais festas. Até esses tempos atrás, festa não dava ninguém, agora até que melhorou (risos)" (Jovem).*

Esse cenário de transformação, tendo como pano de fundo a existência da cooperativa,

é também encontrado na pesquisa de Poli (2006). A permanência de jovens no campo, agora como opção, inclusive para aqueles mais escolarizados, é uma mudança concreta vivenciada pelas famílias que vivem no local.

Do mesmo modo com que se envolvem no trabalho da propriedade rural familiar – auxiliando os pais nos trabalhos – agora o fazem na cooperativa. Acreditamos ser esse um dos diferenciais que possibilita a construção de novas identidades, mediadas pelo trabalho na cooperativa.

Os jovens relatam participar não só do cultivo das frutas, mas também de viagens técnicas, da tomada de decisões, de repasse de conhecimentos que envolvem a cooperativa, sabem as condições de vendas dos produtos, etc., ou seja, não parecem reproduzir aqui a organização taylorista de trabalho. Mais uma vez Ciampa (1990, p. 232) esclarece que “Todos sabemos a importância que o trabalho tem na nossa sociedade. Nossa inserção no mercado de trabalho quase sempre sela um destino, é um componente forte na configuração de uma identidade”.

A relação que os jovens têm com a cooperativa pode ser sintetizada em um dos momentos da entrevista. Ela estava sendo realizada na sala da casa da presidente, enquanto a assembleia ocorria do lado de fora. Os jovens falavam sobre a cooperativa quando a presidente entrou na sala. A pesquisadora, brincando, disse: “Podem esperar a L. sair, se tiverem que falar alguma coisa”. A resposta que se seguiu foi esta:

*“Nós jamais vamos falar mal dessa cooperativa... jamais. Se não tivesse essa cooperativa, não teria para quem a gente vender nosso produto, principalmente nosso objetivo é plantar, zelar e trazer o produtor até aqui” (Jovem).*

O “não falar mal da cooperativa”, pelas oportunidades a ela creditadas, é o sentido da fala do jovem. Esses jovens participam da cooperativa, mesmo que não formal e oficialmente. Aqui temos a família fazendo parte da cooperativa e não apenas o membro a ela vinculado oficialmente. O vínculo se estabelece também subjetivamente.

Veremos abaixo como essa participação ocorre e como contribui na forma de dar esse sentido de pertencimento presenciado tanto nos pais como nos jovens.

Como já apontado, alguns dos jovens entrevistados já participam formalmente das

atividades da cooperativa, outros não. Apesar disso, todos parecem conhecer o funcionamento, as normas, bem como as dificuldades dela. Sinalizam inclusive diferenças entre a cooperativa e uma empresa tradicional.

Ao participarem do cotidiano da cooperativa, apropriam-se dos conhecimentos que por ela circulam. Esse aspecto nos remete a Kraychete (2000), para quem nos empreendimentos da economia popular não se podem separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das atividades de reprodução da vida nas famílias que participam desses empreendimentos. Portanto, o modo de produção adotado afeta a todos na família, e não somente o trabalhador, aqui no caso, o agricultor. Toda a família é envolvida no trabalho, vivenciando-o e dele participando, mesmo que indiretamente.

*“- Na empresa é o patrão que fala o que fazer e é aquilo. Aqui é o agricultor que decide. Funciona, é bem melhor. - A maioria das decisões que toma aqui, todo mundo segue mas sempre tem algum que dá uma extraviada, faz alguma coisa diferente” (Jovem).*

Mesmo os que não participam oficialmente mantêm contato com os acontecimentos, seja por meio de conversas com os pais, ou de atividades desenvolvidas pela cooperativa, ou nas viagens promovidas pela cooperativa. São normalmente os filhos que participam e depois repassam os conhecimentos e informações aos pais. Vão se apropriando dos conhecimentos e características inerentes ao funcionamento da cooperativa.

*“Sim, com certeza, [comentam sobre o que ocorre na cooperativa]. Quando algum agricultor teve lucro, uma experiência lá, teve resultado, e eles acabam passando conhecimento para a gente, porque a gente deve aprender também, porque o dia que eu sair de casa saber me virar também [sic]” (Jovem).*

*“Quase tudo o que acontece, que faz, que acontece na cooperativa ele está comentando. Quando vai produzir uma coisa, quando tem uma reunião, sempre ele está comentando” (Jovem).*

*“Viagem para conhecer? Em Curitiba já fomos um par de vezes... mandam a gente” (Jovem).*

Encontramos aqui a troca de conhecimentos entre as gerações. Os pais transmitem os valores e conhecimentos aos filhos, e estes os ressignificam por meio dos novos conhecimen-

tos adquiridos, que, por sua vez, são também transmitidos aos pais. Assistimos aqui à possibilidade de mudança social, atribuída por Dubar (1997, p. 99) à socialização secundária. Através de interação das instâncias de socialização primária com a socialização secundária, ocorrem “crises de legitimidade de diversos saberes e das transformações possíveis dos ‘mundos legítimos’”. Essa transformação é válida tanto para os filhos como para os pais. E, portanto, como já reiteramos, a relação entre objetividade e subjetividade está entrelaçada, as mudanças são tanto sociais como de identidade, pois as duas são construídas pelas práticas dos indivíduos.

## Conclusão

No empreendimento rural de Economia Solidária alvo desse trabalho, dadas as condições sociais, subjetivas e identitárias singulares, a Economia Solidária, especificamente a cooperativa, supre a ideia de projeto que irá prover as necessidades de sobrevivência, melhoria de condições de vida e novas identidades aos jovens.

Tomamos aqui a ideia de projeto no sentido que lhe atribui Enriquez (1994, p. 57), para quem “projeto comum significa, de início, que o grupo possui um sistema de valores suficientemente interiorizado pelo conjunto de seus membros, o que permite dar ao projeto suas características dinâmicas (fazê-lo passar do estágio de simples plano ao estágio de realização)”. Para o autor, esse sistema de valores se assenta em um imaginário social comum que é capaz de nos representar “aquilo que somos, aquilo que queremos vir a ser, aquilo que queremos fazer e em que tipo de sociedade ou organização desejamos intervir” (p. 57).

É nesse projeto que as práticas construídas no dia a dia que formam esse coletivo em busca de melhorias proporcionam aos participantes subsídios para a construção dessa nova identidade – de agricultores familiares cooperados que trabalham com produtos orgânicos e são bem-sucedidos.

A nova identidade substitui aquela a que eram submetidos até então – de pequenos agricultores, sem tecnologia, com baixa produtividade e renda. Identidade deteriorada e estigmatizada. Essa nova identidade é possível, mesmo em um cenário onde imperam grandes cooperativas agroindustriais, das quais, conforme já sinalizamos, foram excluídos.

Para os jovens, essa outra identidade buscada se diferencia da portada pelos pais na medida em que é composta por agricultores com estudo, que praticam uma agricultura com tecnologia desenvolvida, alinhada com preocupações ambientais, para os quais a permanência no campo é vista como uma opção e não como uma alternativa frente à inexistência de outras perspectivas.

Acreditamos ser esse um mérito da Economia Solidária, ou seja, a transformação dessas pessoas, antes invisíveis, subalternas, sem acreditar em si mesmas, com identidades deterioradas (Goffman, 1980), agora em pessoas que se reconhecem como sujeitos ativos, com novas identidades e novas possibilidades de desenvolvimento. Ao proporcionar uma visão de futuro, de estabilidade e melhoria, o empreendimento é alvo de investimento, tanto objetivo quanto subjetivo, resultando em maior engajamento dos participantes.

Para finalizar, gostaríamos de reafirmar dois pontos. Primeiro, a necessidade de dar visibilidade aos jovens do campo, esse contingente raramente presente nos estudos sobre juventude ou sobre trabalho. Para tanto, são prementes estudos que os tenham como protagonistas. O segundo ponto é o objetivo desse conhecimento a ser construído. Gerar conhecimentos que procurem abarcar a complexidade da realidade, envolvendo dimensões sociais, políticas, psicológicas, dentre outras, porém, lembrando Brandão (1985), que vão além do conhecer para explicar, que tenham como intuito essencial o compreender para servir.

## Referências

- ARAÚJO, E.C.; GARCI, M.F.; FAUSTINO, I.A.; ARAÚJO, E.L. 2010. A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). *Economia & Tecnologia*, 23:1501-1505.
- BARCELLOS, S.B.; MANSAN, P.R.A. 2014. Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para o debate. In: M.A. MENEZES; V.L. STROPASOLAS, S.B. BARCELLOS (org.), *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília, Presidência da República, p. 200-210.
- BARDIN, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 223 p.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. 1985. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 248 p.
- BOCK, A.M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. 1997. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo, Saraiva, 365 p.

- BRANDÃO, C.R. 1985. Participar-pesquisar. In: C.R. BRANDÃO (org.), *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, p. 7-14.
- BRASIL. 2004. Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Economia Solidária*. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>. Acesso em: 30/05/2013.
- BRUMER, A. 2014. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: M.A. MENEZES; V.L. STROPASOLAS; S.B. BARCELLOS (org.), *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. Brasília, Presidência da República, p. 215-233.
- CARTA DA JUVENTUDE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTE NO FREPOP. 2014. Carta da Juventude da Economia Solidária presente no FREPOP In: XII Fórum de Educação Popular e o IX Fórum de Educação Popular. Lagarto, Sergipe. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=8422&Itemid=62](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8422&Itemid=62). Acesso em: 29/10/2014.
- CIAMPA, A.C. 1989. Identidade. In: S.T.M. LANE; W. CODO (org.), *Psicologia social: o homem em movimento*. 8ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 58-75.
- CIAMPA, A.C. 1990. *A estória do Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, 242 p.
- COSTANZI, R.N. 2009. *Juventude e trabalho decente no Brasil*. Brasília, Organização Internacional do Trabalho (OIT), 220 p. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth\\_employment/pub/trabalho\\_decente\\_juventude\\_brasil\\_252.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf). Acesso em: 22/04/2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). 2011. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo, DIEESE, 292 p. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Estat%C3%ADsticas%20do%20meio%20rural%202010-2011%20-%20DIEESE,%202011.pdf>. Acesso em: 22/09/2012.
- DUBAR, C. 1997. *A socialização: construção de identidades sociais e profissionais*. Porto, Editora Porto, 343 p.
- ENRIQUEZ, E. 1994. O vínculo grupal. In: A. LEVY; A. NICOLAI; E. ENRIQUEZ; J. DUBOST, *Psicosociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis, Vozes, p. 61-74.
- ESPÍRITO SANTO, J.; SILVA, J.S.; VELOSSO, T.R.; SOBRINHO, E.J.M. 2006. Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. *Imaginário*, 12(12):195-204. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-666X2006000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24/08/2013.
- FISCHER, M.C.B.; PEREIRA, A.; TIRIBA, L. 2013. Juventude, associativismo e economia solidária: “não é por centavos, é por direitos”. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, 55:69-76. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_completo.pdf). Acesso em: 25/08/2014.
- FRENZEL, H.S.; BARDAGI, M.P. 2014. Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 14(1):79-88. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v14n1/v14n1a07.pdf>. Acesso em: 16/03/2015.
- GOFFMAN, E. 1980. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 158 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – síntese de indicadores 2009*. Rio de Janeiro, 289 p. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 23/11/2010.
- KRAYCHETE, G. 2000. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: G. KRAYCHETE; F. LARA; B. COSTA (org.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes, p. 15-37.
- LIBONI, M.T.L. 2015. *Pesquisando juventude e trabalho na contemporaneidade: um olhar a partir da psicologia do trabalho – Estudo exploratório*. Relatório de Pesquisa. Maringá, UEM, 34 p.
- MINAYO, M.C.S. 1996. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 269 p.
- NOVAES, R.R.; RIBEIRO, E. 2010. *Livro das juventudes sul-americanas*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Pólis, 168 p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1416/1416.pdf>. Acesso em: 13/06/2014.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2010. *Trabajo decente y juventud en América Latina*. Lima, OIT / Proyecto Promoción del Empleo Juvenil en América Latina (Prejal), 248 p. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_146022.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_146022.pdf). Acesso em: 28/06/2011.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2013. *Trabajo decente y juventud en América Latina*. Lima, OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 288 p. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/jovensintegra-pdf\\_1126.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/jovensintegra-pdf_1126.pdf). Acesso em: 14/03/2015.
- PEREIRA, I. de H.; BARROS, F. de A.G. 2012. Juventude rural, formação e trabalho na perspectiva da Economia Solidária. In: Colóquio Internacional Diálogos Juvenis – Diminuindo distâncias entre narradores e pesquisadores, Fortaleza, 2012. *Anais ... Fortaleza, Lajus – UFC, s.p.* Disponível em: <http://www.lajusufc.org/coloquio/anais-do-coloquio-dialogos-juvenis/edicao-atual-sumario/>. Acesso em: 13/05/2015.
- POLI, O.L. 2006. *Economia Solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 336 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000399738>. Acesso em: 28/05/2011.

- SANTOS, G.P. 2011. *A(s) juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 181 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/code=000784638>. Acesso em: 17/05/2011.
- SOBRAL, F.J.M. 2005. *A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 211 p.
- SPINK, P. 2014. Trabalho, informalidade e cidadania. In: J. ESTEVÃO; I. ÉVORA (org.), Trabalho, sociabilidade e geração de rendimento no espaço lusófono. Coimbra, Almedina, p. 25-48. (Coleção Económicas – II série, 23).
- SPOSITO, M.P. 2010. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultural. *Educação e Pesquisa*, 36:93-104. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=29812343008>. Acesso em: 20/06/2012.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000400008>
- TIRIBA, L.; FISCHER, M.C.B. 2011. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1):13-29.  
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i1p13-29>
- TOMIZAKI, K. 2010. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Revista Educação e Sociedade*, 31(111):327-346.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000200003>
- VENTURI, G.; TORINI, D. 2014. *Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho (OIT), 58 p. (Work4Youth Publication Series, 25). Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms326892.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

Submetido: 31/08/2015

Aceito: 23/03/2016